

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

277 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 14 a 18 de setembro de 2026

1. DISCURSO SOBRE O ESTADO DA UNIÃO 2026	1
Iniciativas anunciadas no discurso	2
Carta de intenções	3
Debate com os grupos políticos	3
Intervenções e reações dos Deputados portugueses ao PE	4
2. DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ	5
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - OUTROS DEBATES	6
Escudo Europeu da Democracia	6
Estratégia da UE para a Juventude	6
Ceuta — proteção das fronteiras externas	6
Redes sociais e ambiente em linha seguro	7
4. LEI KIDS DA UE — PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM LINHA	7
5. PACOTE MOBILIDADE LABORAL JUSTA	8
6. REUNIÕES DO CONSELHO	8
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9
Cooperação interparlamentar	9

1. DISCURSO SOBRE O ESTADO DA UNIÃO 2026

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proferiu, em 16 de setembro, na sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo, o [discurso anual sobre o Estado da União](#), o segundo do atual mandato. O discurso contou com a presença do Primeiro-Ministro do Canadá, Mark Carney, convidado do PE, e teve como fio condutor a construção de uma *“Europa independente e que tenha capacidade para intervir”*, nos planos económico, tecnológico e da defesa. Foi acompanhado de um balanço do segundo ano de mandato, *From promise to progress* (disponível [aqui](#)), reunidos na [página dedicada da Comissão](#).

A Presidente partiu de um diagnóstico duplo — *“o estado da União é mais sólido do que nunca; o estado da União também parece ser mais precário do que nunca”* — para definir o relançamento da economia como *“principal prioridade”*. Recordou o acordo político sobre o roteiro *“Uma Europa, um Mercado”*, cuja revisão deverá estar concluída até ao final de 2027, e dirigiu-se aos Estados-Membros em matéria de simplificação: *“já é altura de os Estados-Membros fazerem o mesmo”*. No domínio da energia, referiu o custo adicional de 90 mil milhões de euros em combustíveis fósseis importados desde o encerramento do Estreito de Ormuz, concluindo que *“o futuro da Europa tem de ser elétrico”*. Quanto à China, com quem a UE acumula um défice comercial de mil milhões de euros por dia, afirmou que a União utilizará *“todos os instrumentos ao nosso dispor para reequilibrar as nossas relações”*, sem anunciar novas medidas de defesa comercial. Sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), insistiu em que *“um orçamento moderno requer novos recursos próprios”*, num contexto em que a proposta da Comissão nesta matéria continua a suscitar reservas em várias capitais.

Seguiram-se os *“dois grandes pontos de inflexão da atualidade”*. Sobre o clima, após um verão com 660 000 hectares ardidos e mais de 35 000 óbitos adicionais associados às ondas de calor, reafirmou que *“a Europa pode, deve e irá manter o rumo traçado pelos seus objetivos climáticos”*, centrando os anúncios na adaptação e na preparação, e não em novas medidas de redução de emissões. Sobre a IA, sublinhou os riscos dos modelos de fronteira, propôs cooperação com parceiros como o Canadá e o Reino Unido — sem referência aos Estados Unidos ou à China — e anunciou um convite aos principais laboratórios de IA de vanguarda para debater a forma de *“acompanhar a fronteira”* tecnológica, defendendo que *“a IA precisa de capacitar os nossos médicos. Não substituí-los”*. Na dimensão social, afirmou que a habitação e os cuidados *“não são um privilégio. São direitos”* e, quanto à proteção dos menores em linha, que a questão é *“definir quando e como permitimos que os média sociais tenham acesso aos menores de idade”*.

Na dimensão externa e de segurança, a Presidente considerou que *“as ameaças híbridas que a Europa enfrenta são cada vez menos híbridas e cada vez menos ameaças”* e propôs um **Conselho Europeu de Segurança** aberto a parceiros como o Canadá, a Noruega, a Ucrânia e o Reino Unido. Anunciou que o financiamento remanescente do programa SAFE será canalizado para projetos com empresas ucranianas e propôs abrir caminho à adesão do **Canadá como “primeiro membro associado da UE”**, estatuto que não existe atualmente e cuja concretização dependerá da posição dos Estados-Membros. Sobre o Médio Oriente, classificou como *“inaceitável”* o projeto de colonato E1 e reconheceu a ausência de maiorias para as medidas propostas em 2025: *“uma Europa dividida não é capaz de alterar o rumo dos acontecimentos”*. Em matéria de migração, afirmou, a propósito de Ceuta, que *“todas as nossas fronteiras externas são fronteiras europeias”*. Destacou ainda a evolução na Hungria após as eleições de 12 de abril, defendeu o reforço da condicionalidade do Estado de direito no próximo QFP e sublinhou, a propósito do alargamento, que *“o respeito pelos nossos valores não é negociável”*.

Iniciativas anunciadas no discurso

As iniciativas anunciadas pela Presidente durante o discurso foram as seguintes, organizadas tematicamente.

INICIATIVA	CITAÇÃO DO DISCURSO
COMPETITIVIDADE E EMPREGO	
Pacto contra a sobreregulamentação	<i>"A simplificação não deve, contudo, ser uma via de sentido único."</i>
Propostas para acelerar ainda mais os licenciamentos	<i>"Precisamos de avançar muito mais rapidamente."</i>
Novo pacote bancário	<i>"Precisamos de um sistema bancário [...] com vista a assegurar o crescimento."</i>
Corporação Europeia das Matérias-Primas Críticas	<i>"[...] que nos ajudará a obter e a armazenar aquilo de que precisamos."</i>
IA industrial nos cinco setores de maior valor	<i>"Em novembro, anunciaremos mudanças absolutamente transformadoras nestes setores."</i>
SOCIAL E INCLUSÃO	
Ato legislativo sobre empregos de qualidade	<i>"A IA deve ajudar a [...] melhorar a qualidade dos empregos."</i>
Pacto Europeu de Prestação de Cuidados	<i>"Os cuidados não são um privilégio. [...] São direitos."</i>
Cimeira sobre o Pilar Social	<i>"Os tempos mudam, as tecnologias também, mas os nossos valores não."</i>
SEGURANÇA E DEFESA	
Nova estratégia europeia de segurança	<i>"Os nossos sistemas foram feitos para um mundo diferente."</i>
Protocolo de Segurança de Emergência	<i>"Acredito que chegou a altura de a Europa ter o seu próprio artigo 4.º."</i>
Conselho Europeu de Segurança	<i>"Com parceiros como o Canadá, a Noruega, a Ucrânia e o Reino Unido."</i>
Instrumento Europeu para os Facilitadores Estratégicos	<i>"A Europa defenderá cada metro quadrado do seu território."</i>
Projeto Freyja e novo programa de projetos comunitários com empresas ucranianas	<i>"E o Freyja é apenas o início. É preciso fazer mais."</i>
CLIMA E RESILIÊNCIA	
Novo quadro para a resiliência às alterações climáticas	<i>"Vamos identificar os 100 territórios mais vulneráveis da Europa."</i>
Aliança de Seguro contra as Alterações Climáticas	<i>"Só cerca de 25 % das perdas catastróficas [...] estão cobertas por seguros privados."</i>
Plano Europeu de Preparação contra as Ondas de Calor	<i>"O que se passou neste verão não pode voltar a acontecer."</i>
Iniciativa Europeia da Água	<i>"Porque a água é preciosa."</i>
Futura Frota Europeia de Combate a Incêndios	<i>"Teremos de encarar o problema a uma escala maior [...]."</i>
DEMOCRACIA, ESTADO DE DIREITO E VALORES	
Congresso da Europa	<i>"Enquanto sociedade, temos de recuperar esta faculdade de pensar a Europa."</i>
Quadro Europeu de Resposta de Emergência	<i>"Somos nós a decidir quem vem para a UE e em que circunstâncias."</i>
Iniciativa para as Competências e Empregos dos Jovens do Mediterrâneo	<i>"Empregos, competências, formação, programas de aprendizagem."</i>
Ato legislativo EU KIDS	<i>"Até perfazerem 13 anos as crianças não terão acesso aos média sociais."</i>
Ato legislativo relativo à equidade digital	<i>"Conceções que criam dependência, por exemplo, prejudicam toda a gente."</i>
CANADÁ	
Aliança para o Futuro	<i>"Esta não é uma parceria contra ninguém, mas ao serviço da nossa força comum."</i>
Adesão do Canadá como primeiro membro associado da UE	<i>"Abrir caminho à adesão do Canadá como primeiro membro associado da UE."</i>
ALARGAMENTO E CONECTIVIDADE	
Corredor Central	<i>"Ligará o Sul do Cáucaso e a Ásia Central diretamente ao mercado europeu."</i>
Roteiros para os candidatos que estejam mais avançados	<i>"Este processo continuará a basear-se no mérito."</i>

Carta de intenções

Nos termos do Acordo-Quadro entre o PE e a Comissão, a Presidente da Comissão e o Comissário responsável pelas Relações Interinstitucionais, Maroš Šefčovič, dirigiram à Presidente do PE, Roberta Metsola, e ao Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, em representação da Presidência do Conselho, a [carta de intenções](#), que **traduz o discurso em prioridades de trabalho para o próximo ano e servirá de base à preparação do programa de trabalho da Comissão para 2027**. A carta sublinha que 54 das 65 iniciativas da Bússola para a Competitividade já foram adotadas pelo Colégio. Define como tarefa política central o acordo sobre o QFP 2028-2034, incluindo novos recursos próprios, a tempo de os novos programas se iniciarem em 1 de janeiro de 2028. Em anexo, a carta elenca as novas iniciativas para o próximo ano. Além das anunciadas no discurso e identificadas na tabela anterior, a carta inclui as seguintes, que não foram mencionadas pela Presidente:

DOMÍNIO	INICIATIVA
Competitividade e emprego	— Combate às restrições territoriais injustificadas ao abastecimento no mercado único — Pacote de simplificação dos transportes — Pacote de diversificação / DiversifyEU
Social e inclusão	— Pacote de simplificação da habitação — Alianças de Universidades Europeias 2.0 — Garantias de competências
Segurança e defesa	— Proteção e segurança offshore das instalações e operações energéticas — Intercâmbio internacional de dados para a cooperação policial (Prüm internacional)
Clima e resiliência	— Revisão das normas de CO2 dos veículos pesados
Democracia, Estado de direito e valores	— Recomendação da Comissão sobre a proibição das práticas de conversão

Debate com os grupos políticos

Ao discurso seguiu-se, na mesma sessão plenária, o debate com os Deputados, aberto pelos presidentes dos grupos políticos¹.

PPE — Manfred Weber ([ver intervenção](#)). Identificou três choques — tecnológico, geopolítico e social, este último traduzido na perda de 27 000 empregos industriais por mês — e defendeu uma forma de fazer política assente em *“ouvir as pessoas, e não dar-lhes lições”*, incluindo na política climática: *“precisamos de inovação, não de proibições”*. Agradeceu a proposta de proteção das crianças em linha e defendeu um pilar europeu de defesa, com mercado único do armamento e estruturas de comando conjuntas, para evitar *“27 exércitos bonsai”*. Apelou ainda a um fundo europeu para a IA e a um QFP robusto.

S&D — Iratxe García Pérez ([ver intervenção](#)). Pediu que *“as palavras se convertam em factos”*. Defendeu a manutenção do Pacto Ecológico e da neutralidade climática em 2050, advertindo que simplificar *“não pode converter-se em desregular”*, e propôs um imposto sobre os lucros extraordinários das empresas energéticas para financiar apoio às famílias. Apoiou a lei europeia da habitação e uma lei sobre empregos de qualidade, pediu a suspensão do Acordo de Associação com Israel, sanções e um embargo de armas, bem como a confiscação dos ativos russos congelados. Rejeitou cortes na coesão e na agricultura — *“a Europa não pode fazer mais com menos”* — e defendeu a cooperação entre as forças pró-europeias.

¹ Acrónimos dos grupos Políticos no PE: Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) (PPE); Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D); Grupo Patriotas pela Europa (PpE); Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR); Grupo Renew Europe (Renew); Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Verts/ALE); Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu – GUE/NGL (The Left); Grupo Europa das Nações Soberanas (ESN).

PfE — Jordan Bardella ([ver intervenção](#)). Afirmou que existem “duas Europas”: a de quem escreve as normas e a de quem as paga, criticando o aumento previsto das despesas de pessoal e o impacto do CELE 2 no preço dos combustíveis. Sobre Ceuta, considerou que uma fronteira submersa em poucas horas constitui “uma crise de soberania” e defendeu o regresso dos migrantes irregulares aos países de partida. Propôs a preferência europeia na contratação pública — “quando o dinheiro é europeu, o emprego deve ser europeu” —, a redução de normas e a proteção dos agricultores e das empresas face à concorrência desleal.

ECR — Patryk Jaki ([ver intervenção](#)). Avaliou o discurso à luz dos compromissos assumidos pela Presidente da Comissão desde 2020, referindo a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, a não conclusão da União dos Mercados de Capitais e da União Bancária, o aumento do número de funcionários e a subida de 100 % dos preços da energia durante o mandato. Recordou que o desemprego jovem passou de 14,3 % para 15,5 % e contrapôs a atual posição sobre migração às declarações de 2020. Concluiu que a União “nunca foi tão fraca” e que, para os jovens, a prioridade deve ser “assegurar emprego e segurança”, e não restringir a internet.

Renew — Valérie Hayer ([ver intervenção](#)). Defendeu “um radicalismo pró-europeu” perante os desafios do verão, apelando à aplicação do Pacto em matéria de Migração e Asilo e do Pacto Ecológico, e à prioridade de uma lei europeia sobre resiliência climática e gestão de riscos. Propôs investimento maciço em tecnologias disruptivas, a utilização da contratação pública como instrumento industrial e liderança mundial num quadro jurídico para a IA. Dirigindo-se a Mark Carney, afirmou que “o Canadá é bem-vindo na União Europeia” e propôs um pacto de segurança económica contra a coerção comercial. Agradeceu a lei de proteção dos menores e o Conselho Europeu de Segurança, mas considerou insuficiente a aplicação da legislação em vigor.

Verdes/ALE — Terry Reintke ([ver intervenção](#)). Afirmou que a Europa vive “uma emergência climática”, criticando a ausência de uma resposta europeia coordenada aos incêndios e às ondas de calor do verão, e anunciou que o grupo pedirá uma comissão de inquérito às falhas na aplicação do Pacto Ecológico. Propôs um calendário para a eliminação dos combustíveis fósseis, um imposto sobre os lucros extraordinários e um plano de adaptação climática com financiamento no QFP. Concluiu que a Europa não deve agir como se fosse impotente: “a Europa é forte e pode ser ainda mais forte”.

The Left — Manon Aubry ([ver intervenção](#)). Criticou a ausência de propostas concretas sobre o custo de vida e defendeu o congelamento de preços e a tributação dos lucros extraordinários das empresas petrolíferas, considerando que a agenda de competitividade encobre “uma vasta agenda de desregulação”. Questionou o mandato democrático para a criação de um Conselho Europeu de Segurança e para a proposta dirigida ao Canadá e criticou a ausência de sanções a Israel e de suspensão do Acordo de Associação.

ESN — René Aust ([ver intervenção](#)). Resumiu o estado da União como “perda de controlo nas fronteiras” e declínio económico face a outras regiões do mundo, criticando a resposta europeia à situação em Ceuta. Considerou que os avanços na redução da burocracia são anulados por nova regulamentação, como o regulamento relativo às embalagens, e que a política climática implica preços mais elevados da energia e dos combustíveis.

Intervenções e reações dos Deputados portugueses ao PE

No debate em plenário intervieram os Deputados portugueses Lúcia Pereira (PPE), Marta Temido (S&D), João Cotrim de Figueiredo (Renew) e Catarina Martins (The Left). Outros Deputados portugueses reagiram ao discurso em declarações prestadas em Estrasburgo, relatadas pelo [ECO](#) e pela [agência Lusa](#).

- Intervenções em plenário ([página do debate de 16 de setembro](#), no sítio do PE)

Lúcia Pereira (PPE) ([ver intervenção](#)). Partiu do custo das importações energéticas — “nos 90 segundos que tenho, a União Europeia gasta 1 milhão de EUR a importar energia” — para defender que “investir em energia limpa é investir na economia”. Sublinhou que as empresas continuam a enfrentar “o rolo compressor de 27 leis

nacionais, num mercado que devia ser único”, e aplicou o mesmo raciocínio à migração: “não podemos continuar com 27 políticas diferentes num espaço que se quer comum”, apontando o exemplo de Portugal. Concluiu com referências à Ucrânia e à presença de Mark Carney, afirmando que “as democracias não podem dar-se ao luxo de estar sozinhas, e a Europa é um espaço que vale a pena defender”.

Marta Temido (S&D) ([ver intervenção](#)). Afirmou que “desde o início deste mandato que assistimos ao dismantlar do Pacto Ecológico Europeu”, referindo o regulamento antidesflorestação, a lei relativa à monitorização das florestas e o Fundo Social para o Clima. Apelou à Presidente da Comissão para não esquecer o compromisso com a União Europeia da Saúde, “muito mais do que inteligência artificial ou competitividade industrial”, defendendo que “precisamos de uma agenda para a prevenção”, financiada por mais recursos comuns, incluindo receitas do sistema de comércio de emissões e do tabaco.

João Cotrim de Figueiredo (Renew) ([ver intervenção](#)). Apresentou um envelope com as “faturas” dos programas considerados cruciais para o futuro da União — descarbonização, competitividade e defesa, cada um com necessidades de centenas de milhares de milhões de euros por ano — e sustentou que, sem crescimento, a União não as poderá suportar. Para crescer, defendeu o aprofundamento da simplificação, a conclusão do mercado único, sem excluir setores ou empresas do regime *EU Inc.*, e a conclusão da União da Poupança e dos Investimentos, para mobilizar 2 a 3 mil milhões de euros de poupanças europeias. Alertou ainda que a União não poderá crescer se permanecer “*mera espectadora da revolução da IA*”.

Catarina Martins (The Left) ([ver intervenção](#)). Centrou a intervenção no Médio Oriente, afirmando que “o nome do Estado é Palestina” referindo que “*A senhora presidente vem anunciar um acordo de associação, um Estado-Membro associado fora da Europa, do Canadá, para termos alianças contra o autoritarismo. Mas eu não a deixo esquecer o elefante na sala: Israel.*” Concluiu que “*este não foi o discurso do estado da União. Foi o discurso da hipocrisia da União*”.

- Reações e declarações após o discurso

Ana Miguel Pedro (PPE). Destacou o reforço da capacidade de defesa, os novos acordos comerciais e a maior autonomia energética, considerando que a Europa não carece de diagnósticos e que o trabalho do próximo ano dependerá da capacidade de execução. Salientou a clarificação sobre migração: “*a solidariedade é europeia, mas a responsabilidade é nacional*”.

Tiago Moreira de Sá (Pfe). Considerou tratar-se mais de um discurso de líder partidária do que de Presidente da Comissão e criticou a ausência de assunção de responsabilidades pelos problemas da União, nomeadamente quanto à dependência energética da Rússia, à dependência de produtos chineses e à política migratória. Entendeu que o convite a Mark Carney procura aproveitar as tensões entre os Estados Unidos e o Canadá, com riscos para a relação transatlântica.

João Oliveira (The Left). Criticou a prioridade atribuída à despesa militar, em detrimento da resposta ao aumento do custo de vida, dos preços dos combustíveis e da eletricidade e às dificuldades com a habitação, lamentando a ausência de meios europeus para apoiar os cidadãos nesse domínio.

2. DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ

Na intervenção perante o Parlamento Europeu, em 17 de setembro, o Primeiro-Ministro canadiano, Mark Carney, apresentou a sua visão de uma «*aliança para o futuro*» entre o Canadá e a UE. Na sessão de boas-vindas (detalhe [aqui](#)), a Presidente do PE, Roberta Metsola, evocou o contributo histórico canadiano para a defesa da Europa e salientou o potencial de cooperação na defesa, comércio, energia, educação e investigação. Carney referiu que «*onde as nossas forças diferem, complementam-se*». Recordou que “*a Presidente von der Leyen defendeu que se fosse além do CETA (Acordo Económico e Comercial Global), rumo a uma aliança para o*

futuro, abrindo a porta a que o Canadá se torne o primeiro membro associado da UE. O Canadá acolhe favoravelmente esta ambição — as sondagens mostram que uma esmagadora maioria dos canadianos apoia laços muito mais estreitos com a Europa.»

Carney identificou como **setores prioritários** os minerais críticos, a indústria de defesa, a inteligência artificial e a capacidade computacional, a segurança energética, o espaço e os pagamentos, defendendo uma cooperação aprofundada para garantir a autonomia estratégica de ambas as partes. Destacou a complementaridade entre os recursos naturais canadianos e as capacidades europeias de transformação industrial, investigação e tecnologias limpas. Referiu o fornecimento de gás natural liquefeito e hidrogénio, o desenvolvimento de infraestruturas portuárias e digitais e a cooperação em normas e segurança da inteligência artificial. Propôs ainda facilitar o comércio digital de bens não agrícolas e serviços e explorar um mercado integrado de serviços financeiros, ampliando o acesso ao capital e reduzindo custos. No plano académico e humano, defendeu maior mobilidade dos jovens e a participação canadiana no Erasmus+ e na próxima geração do programa Horizonte. Estas iniciativas deverão traduzir-se em benefícios concretos para os cidadãos, designadamente melhores condições de acesso a bens e serviços, mais oportunidades e maior segurança.

Enquadrando estas propostas numa resposta à perturbação geopolítica e à instrumentalização das relações económicas, Carney sustentou que «*o objetivo não é a autossuficiência. É a resiliência coletiva*». Acrescentou ainda: «*Quero ser claro quanto ao que não estou a propor. Não estou a propor a criação de um terceiro bloco para rivalizar com as grandes potências — apenas com melhores maneiras.*» O objetivo é reforçar a capacidade de proteger os mercados abertos, a soberania, a integridade territorial e as instituições democráticas. Defendeu, assim, uma parceria aberta a outras democracias e orientada pela liberdade, solidariedade, prosperidade e sustentabilidade, sintetizando a sua ambição numa «aliança suficientemente forte para que ninguém possa ditar as nossas escolhas», suficientemente aberta para acolher outros parceiros e suficientemente assente em princípios para que a sua força reforce o direito internacional, em vez de o substituir. O [discurso integral](#) e a [gravação da intervenção](#) encontram-se disponíveis em linha.

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - OUTROS DEBATES

Escudo Europeu da Democracia

O Parlamento Europeu aprovou, por 420 votos a favor, 220 contra e 26 abstenções, o [relatório da Comissão Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia](#). O relator é Tomas Tobé (PPE) e Ana Catarina Mendes foi relatora-sombra do S&D.

Estratégia da UE para a Juventude

O Parlamento Europeu aprovou, por 477 votos a favor, 124 contra e 66 abstenções, o [relatório sobre a execução da Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027](#). A relatora é Sabrina Repp (S&D) e Hélder Sousa Silva (PPE) e Tiago Moreira de Sá (Pfe) foram relatores-sombra.

Ceuta — proteção das fronteiras externas

O Parlamento Europeu aprovou, por 339 votos a favor, 225 contra e 16 abstenções, uma [resolução sobre a situação em Ceuta](#). O texto lamenta as 141 vítimas das travessias de 30 e 31 de julho e denuncia a instrumentalização da migração como instrumento de guerra híbrida.

Redes sociais e ambiente em linha seguro

O Parlamento Europeu aprovou, por 395 votos a favor, 136 contra e 80 abstenções, o [relatório sobre o impacto das redes sociais nos jovens](#), do relator Sandro Ruotolo (S&D). Os Deputados pedem uma estratégia europeia integrada e maior responsabilização das plataformas, com as seguintes medidas:

- a proibição das práticas que mais dependência criam;
- verificação da idade sem conservação de dados pessoais;
- transparência algorítmica;
- um "modo juventude" sem publicidade direcionada;
- normas éticas para os "companheiros de IA";
- um código de conduta da UE para influenciadores.

O relator considerou a Lei KIDS (cfr. ponto seguinte) "*um passo positivo*" que segue a orientação do relatório.

4. LEI KIDS DA UE — PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM LINHA

Na sequência do anúncio feito pela Presidente da Comissão no [discurso sobre o Estado da União](#), a Comissão Europeia adotou, em 17 de setembro, a [proposta de Regulamento KIDS da UE](#), destinada a reforçar a segurança em linha das crianças em toda a União. A proposta estabelece uma abordagem gradual por idades, fixa em 15 anos a idade mínima para abrir uma conta própria nas redes sociais e inverte o ónus da prova: passa a caber aos prestadores demonstrar que os seus serviços são adequados à idade e seguros desde a conceção. O texto baseia-se nas recomendações do Painel Especial sobre a Segurança das Crianças em Linha — mais de 60 peritos convocados em março de 2026 — e responde a uma preocupação partilhada por 92 % dos europeus, segundo o Eurobarómetro Especial sobre a Década Digital.

COMISSÃO EUROPEIA · 17 DE SETEMBRO DE 2026

Lei KIDS da UE — proteção das crianças em linha

Anunciada no discurso sobre o Estado da União, a proposta de regulamento reforça a segurança em linha das crianças com uma abordagem gradual por idades e inverte o ónus da prova: cabe aos prestadores demonstrar que os seus serviços são adequados à idade e seguros desde a conceção. Aplica-se a redes sociais, partilha de vídeos, jogos em linha, companheiros de IA e robôs de conversação utilizados por menores de 18 anos.

EM NÚMEROS

< 13
SEM REDES

15
CONTA PRÓPRIA

92 %
EUROBARÓMETRO

01 MENOS DE 13 ANOS

Sem redes sociais

Só serviços de vídeo para crianças, com contas geridas pelos tutores e até uma hora por dia.

02 13 A 15 ANOS

Minicontas supervisionadas

Criadas pelos tutores, com contactos limitados e tempo de ecrã até uma hora por dia.

03 CONCEÇÃO SEGURA

Funcionalidades proibidas

Conceção que cria dependência, recomendações por perfis, deslocamento infinito e notificações noturnas.

04 POR DEFEITO

Perfis privados

Geolocalização, câmara e microfone desativados; IA de companhia desligada e sem simular relações.

05 VERIFICAÇÃO DA IDADE

Com proteção da privacidade

Obrigatória em novas contas e lojas de aplicações, através da aplicação europeia, sem guardar dados.

06 APLICAÇÃO

Ónus da prova nas plataformas

Plano de conformidade com auditor independente; investigações concluídas em 90 dias.

ORIGEM

Recomendações do Painel Especial sobre a Segurança das Crianças em Linha (mais de 60 peritos)

PRÓXIMOS PASSOS

Proposta enviada ao PE e ao Conselho, com apelo a adoção rápida

"A nossa Lei KIDS está a inverter o ónus da prova — cabe às plataformas demonstrar que são seguras desde a conceção."

— Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão

Mais informação: [comunicado de imprensa](#) · [discurso sobre o Estado da União](#)

5. PACOTE MOBILIDADE LABORAL JUSTA

A Comissão Europeia adotou, em 15 de setembro, o [pacote Mobilidade Laboral Justa](#) ([comunicado de imprensa](#) e [perguntas e respostas](#)), com o objetivo de garantir direitos sociais claros a quem vive e trabalha noutro Estado-Membro. O pacote é composto por uma comunicação e cinco propostas legislativas e assenta em três eixos: a digitalização dos documentos de segurança social, através do Passaporte Europeu de Segurança Social; a portabilidade das competências e o reconhecimento mais rápido das qualificações, incluindo as obtidas fora da UE; e o reforço da Autoridade Europeia do Trabalho.

Dirige-se a três destinatários: os trabalhadores poderão fazer valer mais facilmente os seus direitos e ver as suas qualificações reconhecidas; as empresas beneficiarão de procedimentos mais simples no recrutamento e na prestação transfronteiriça de serviços; e as administrações nacionais disporão de uma cooperação mais eficiente no combate à fraude e aos abusos. Os Estados-Membros mantêm pleno controlo sobre a admissão de nacionais de países terceiros e sobre as normas de exercício das profissões.

COMISSÃO EUROPEIA - 15 DE SETEMBRO DE 2026

Pacote Mobilidade Laboral Justa

Composto por uma comunicação e cinco propostas legislativas, o pacote visa garantir direitos sociais claros a quem vive e trabalha noutro Estado-Membro, facilitar o recrutamento transfronteiriço e reforçar o combate à fraude. Responde ao apelo do Conselho Europeu de março e concretiza o roteiro “Uma Europa, um Mercado”. Os Estados-Membros mantêm o controlo sobre a admissão de nacionais de países terceiros e o acesso às profissões.

EM NÚMEROS

6 mil M€
GANHOS ATÉ 2040

14 M
EUROPEUS MÓVEIS

5
PROPOSTAS

01 SEGURANÇA SOCIAL

Passaporte Europeu (ESSPASS)

Documentos em linha, incluindo o Cartão Europeu de Seguro de Doença e o A1, na carteira europeia de identidade digital.

02 QUALIFICAÇÕES

Formato digital e comparável

Qualificações digitais normalizadas e nova ferramenta gratuita de comparação entre Estados-Membros.

03 PROFISSÕES

5 semanas em vez de 3 meses

Procedimento digital obrigatório; reconhecimento automático alargado, a começar pelos fisioterapeutas.

04 PAÍSES TERCEIROS

De 14 para 4 meses

Normas comuns para qualificações obtidas fora da UE; reconhecimento automático em sete profissões.

05 FISCALIZAÇÃO

Reforço da Autoridade Europeia do Trabalho

Avaliações de risco para inspeções, combate ao emprego ilegal e mediação simplificada de litígios.

06 CALENDÁRIO

Aplicação faseada

AI digital em um ano; qualificações em dois; Cartão Europeu e profissões regulamentadas em três; AET em 2028-2030.

PROPOSTAS LEGISLATIVAS

- > [Regulamento ESSPASS](#)
- > [Ato sobre a portabilidade de competências](#)
- > [Regulamento relativo ao reforço da AET](#)
- > [Diretiva relativa às qualificações profissionais](#)
- > [Diretiva sobre qualificações de países terceiros](#)

“O mercado único tem também de se tornar um verdadeiro mercado de competências, com mais oportunidades tanto para os trabalhadores como para as empresas.”

— Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão

Mais informação: [comunicado de imprensa](#) · [perguntas e respostas](#)

O pacote responde ao apelo do Conselho Europeu de março e concretiza o roteiro “Uma Europa, um Mercado”. Em 2024, 14 milhões de europeus residiam noutro Estado-Membro, dos quais mais de 10 milhões em idade ativa. Segundo a Comissão, 74 % das PME enfrentam défices de competências.

6. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#). Destacamos a **Reunião informal dos Ministros responsáveis pela Política de Coesão**, realizada em Dublin, em 15 de setembro, no âmbito da [Presidência irlandesa do Conselho da UE](#).

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades externas do PE. Uma [delegação da Comissão do Desenvolvimento Regional \(REGI\) do Parlamento Europeu](#) visitará a Madeira, de 21 a 23 de setembro de 2026, para avaliar o contributo da política de coesão para responder aos desafios das regiões ultraperiféricas.

O programa inclui encontros com a Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Rubina Leal, a Câmara de Comércio e Indústria da Madeira e as autoridades de gestão regionais, com as quais serão debatidas as necessidades da região, a [nova estratégia da UE para as regiões ultraperiféricas](#) e o seu enquadramento no futuro QFP. Estão previstas visitas à central hidroelétrica da Serra de Água, a um projeto de habitação a preços acessíveis em Câmara de Lobos, à Madeira Wine Company e ao Observatório Oceânico da Madeira, gerido pela ARDITI, bem como uma deslocação à Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira (APRAM), para abordar investimentos portuários e ligações marítimas. A missão terminará com um encontro com o Presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque.

A delegação integra dez Deputados e será chefiada por Younous Omarjee, Vice-Presidente do Parlamento Europeu responsável pelas regiões ultraperiféricas. Participam igualmente Marcos Ros Sempere (S&D, Espanha), Vladimir Prebilič (Verdes/ALE, Eslovénia), Krzysztof Hetman (PPE, Polónia), Christian Doleschal (PPE, Alemanha), Sabrina Repp (S&D, Alemanha), Andrzej Buła (PPE, Polónia), Sandro Gozi (Renew, França) e os **Deputados portugueses Sérgio Gonçalves (S&D) e Paulo do Nascimento Cabral (PPE)**.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será a [30 de setembro](#)

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 20/21 de setembro - [Reunião informal dos ministros dos Transportes](#); 22 de setembro - [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 24 de setembro - [Conselho \(Competitividade\)](#).

Cooperação interparlamentar

Realizar-se-á em Dublin, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, a Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação Económica e a Governação na UE, no âmbito da [dimensão parlamentar da Presidência irlandesa do Conselho da UE](#). Os trabalhos incidirão sobre três temas: *o contributo do QFP 2028–2034 e das propostas relativas aos recursos próprios; o equilíbrio entre responsabilidade orçamental, flexibilidade e convergência social perante os desafios macroeconómicos; e o reforço do papel internacional do euro e da soberania digital como instrumentos de consolidação da União Económica e Monetária*. A delegação da Assembleia da República será composta pelos *Deputados Alberto Fonseca (PSD), Carla Barros (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Ricardo Carlos (PSD), Felicidade Vital (CH) e Hugo Costa e Eduardo Pinheiro (PS)*.

Bruxelas | 18 de setembro de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável).